



Intervenção

Produção de Cereais em Portugal

Cereais... Que futuro?

Sem uma política agrícola virada para a produção e abastecimento alimentar do povo português dificilmente sairemos desta cepa torta em que nos encontramos. Neste quadro impõe-se uma política cerealífera que nos aproxime da auto-suficiência neste sector. O pão é desde há muitos séculos a base principal da nossa alimentação, e no que ao arroz diz respeito somos só o maior consumidor per capita da Europa.

Em 2019 Portugal importou mais de um milhão de Toneladas de trigo e produziu menos de sessenta mil, ou seja, Portugal importa actualmente 95% do trigo que é consumido no país. Sendo uma cultura tradicional da agricultura mediterrânica este facto por si só deveria ser motivo bastante para a preocupação de quem nos governa, se aquilo que sabemos fazer não fazemos então fazemos o quê? É urgente e necessário aumentar a produção de cereais em Portugal.

A produtividade (produção/ha) de trigo no nosso país dificilmente ultrapassa as 2,5 t/ha em sequeiro e 4,5 em regadio. Estes valores só são possíveis de atingir no Alentejo e nos melhores solos da região. Em Países do centro e norte da Europa a produtividade duplica. Obviamente que isto á luz dessa coisa santificada a que chamam mercado, condiciona a competitividade da agricultura nacional no que se refere aos cereais praganosos (trigo, cevada, aveia, centeio e tritcale) no tal mercado cada vez mais global. Além do mais os custos de produção nomeadamente adubos, agro-químicos e combustíveis são, muitas vezes, superiores no nosso país, o que torna extremamente difícil que a cultura do trigo (e de outros cereais) seja atractiva para o agricultor.

A carência de água decorrente do clima, (mais acentuada com as alterações climáticas), pode ser torneada com recurso à rega das culturas. Daí a defesa que fazemos da disponibilização de meios financeiros para o investimento em equipamentos simplificados, de fácil movimentação e funcionamento simples.

Com a entrada de Portugal na então CEE e conseqüentemente a aceitação das regras da PAC, uma globalização cada vez mais acentuada dos tais mercados a nossa dependência alimentar acentuou-se gradual e drasticamente.

Em relação a cereais como o milho ou o arroz, com destaque especial para os carolinos, podemos ser altamente competitivos. Trata-se de culturas de Primavera/Verão, que em Portugal permitem que se obtenham produtividades altas da ordem das 10 a 13 t/ha no caso do milho e entre cinco e seis toneladas no arroz ou mesmo mais em algumas situações, no caso do arroz, produzido cada vez mais em modo de produção integrada, tem um papel ambientalmente positivo, sendo hoje determinante na preservação das zonas húmidas e sapais de uma boa parte do País.

Nos últimos 15/20 anos no Alentejo e mais recentemente em algumas zonas do Ribatejo, Beira Interior e noutras regiões, tem-se assistido à plantação de culturas permanentes, nomeadamente de olival cultivado

em regime intensivo e super-intensivo, (e mais recentemente também de pomares de frutos secos, amendoal e nogueiras) em solos onde anteriormente eram cultivados cereais.

Com a entrada em funcionamento de Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva a área ocupada pela cultura do trigo diminuiu. Só nos concelhos de Ferreira do Alentejo, Beja e Serpa, até 2018, cerca de 30.000ha migraram do cereal de sequeiro para o olival de regadio.

No “Anuário Agrícola de 2020”, a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA) refere que “o trigo produzido em Portugal tem muita qualidade, mas, segundo os especialistas, falta dimensão à produção”

Estamos de acordo com a afirmação da sra. Ministra da agricultura, quando disse que devíamos atingir 47% das necessidades de cereais, garantindo dessa forma uma reserva estratégica para a Soberania Alimentar de Portugal no domínio dos cereais. Mais uma vez, o Governo parece ficar-se pela afirmação de intenções não colocando em prática nenhuma medida que possa inverter a actual situação.

As medidas que poderão conduzir ao aumento das áreas semeadas com cereais, e conseqüentemente ao aumento da produção nacional implicam necessariamente que exista coragem política do Governo para as colocar em vigor.

Assim avançamos com algumas medidas que podem mitigar e até resolver alguns dos impedimentos no aumento da produção cerealífera e até de muitas outras produções.

Valorizar a produção de cereais em Portugal

Entre medidas quase imediatas e de mais longo prazo eis algumas delas:

- Indexar todos os apoios Europeus e Nacionais à produção;
- Restringir a área de culturas permanentes (olival e frutos secos) em manchas contínuas sem qualquer regra ou princípio de racionalidade;
- Uma reestruturação fundiária que crie uma reserva estratégica de terra que permita a viabilização das explorações mais pequenas e a entrada de gente nova e nova gente na actividade produtiva agrícola;
- Promover a criação de novas áreas de regadio, tendo em vista:

Para lá de todas as medidas já apontadas e no que à política cerealífera nacional diz respeito urge ainda enquanto é tempo:

- Recuperar as estruturas físicas de ex-EPAC bem como outras desactivadas, e em colaboração com os agricultores colocá-las ao serviço da produção nomeadamente silos e secadores;
- Combate às espirais especulativas dos combustíveis, garantindo o máximo de estabilidade nos preços;
- Restringir a plantação de culturas permanentes nos perímetros de rega de carácter público e em solos com classificação agrónómica A e B;
- Criação de uma central de compras Nacional descentralizada, que permita aproveitar as estruturas da comercialização e da agricultura, para a sua colocação junto da produção e a preços justos.

Eis caros amigos e companheiros, agricultoras e agricultores, algumas ideias que queremos deixar, para que amanhã não nos acusem, como já fizeram muitas vezes, sempre sem razão, confundindo a

falta de proposta de que normalmente nos acusam, com a falta de coragem para as aplicar por parte de quem nos governou e governa, que é como sabem muito diferente de não ter proposta.

6 de Novembro, Viseu

Joaquim Manuel, Secretariado e Executivo da CNA